

# OS DESAFIOS ENCONTRADOS PELO PROFESSOR DA SALA DE AULA REGULAR PARA INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS

Fernanda Reis Vieira<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo aborda acerca da inclusão dos alunos com autismo no ensino regular. Atualmente a Lei que garante o acesso à escola aos educandos com qualquer tipo de limitação no ensino regular. Os educadores precisam compreender que só existirá inclusão de pessoas com necessidades especiais em suas dependências se todos estiverem empenhados em contribuir para a edificação de um trabalho mais humano e acolhedor. Na quebra de paradigmas é fundamental a todo ser humano o respeito à diferença. Para realização deste estudo objetivou-se investigar a aceitação da inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais-NEE em específico do autismo, no contexto da escola regular por parte dos professores e alunos. De acordo com Freitas (2008 p.56), a inclusão é um processo que não se restringe à relação professor aluno, mas que seja concebido como um princípio de Educação para Todos, e valorização das diferenças. A pesquisa foi embasada ainda nos seguintes autores: Mantoan (2008) e Mazzotta (2005).

**Palavras Chave:** Inclusão; Autismo; Educação.

---

<sup>1</sup> Graduada em Licenciada Plena em Pedagogia pela Faculdade Atual; cursando pós graduação em Educação Especial e Inclusiva na FATECH.

## INTRODUÇÃO

Na sociedade e no mundo, ainda se pode observar muitos casos de preconceito com relação às pessoas que apresentam deficiências, encontramos alguns teóricos que se propõem a discutir diferentes formas para minimizar a questão da discriminação à qual as pessoas são submetidas e que as impedem de terem oportunidades iguais na sociedade pós-modernidade, muitas vezes essas pessoas passam por preconceitos dentro do cenário escolar.

A inclusão social e escolar é resultado de construções sócio históricas resultantes do movimento articulado pela sociedade, no entanto, atualmente, a forma como a educação é considerada, no que diz respeito à adoção de políticas que garantam a inclusão de todos na escola regular é fato recente, e ainda vem sendo desenvolvido de forma lenta e gradual (FREITAS, 2008).

A esse respeito, alguns teóricos demonstram que historicamente a escola atendia a uma população bastante reduzida, destinando-se mais especificamente às famílias de maior poder aquisitivo, sendo que os investimentos advindos dos poderes públicos em educação, sempre foram poucos; o número de escolas e a conseqüente oferta de vagas não atendiam a toda a população em idade escolar.

Desse modo, a escola se restringia àqueles que tinham altas condições financeiras, sociais, culturais, afetivas, entre outras, de ingressarem nela e ali permanecerem, porque atendiam seus pré-requisitos ou pressupostos. A educação sempre foi destinada a poucos e, no caso dos sujeitos com necessidades educacionais especiais, ou seja, as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade, dificuldade de aprendizagem ou deficiência, a exclusão foi a regra no decorrer dos tempos e não a exceção, pois as pessoas com deficiência eram tidas como seres sub-humanos, sendo afastados de qualquer convívio social, pois a deficiência era tida como maldição, ou “marca do demônio”. De acordo com Mazzotta (2005), havia uma completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para atender as necessidades individuais específicas dessa população.

Nesse sentido, este estudo, busca demonstrar os desafios encontrados por professores no ensino regular no processo de inclusão de alunos autistas, visando superar desafios e obstáculos encontrados no processo de ensino aprendizagem.

## **A Escola a Exclusão**

Durante muito tempo os deficientes ou alguém com transtornos seja ele qual fosse, era excluído socialmente, por serem considerados como incapazes de adaptar-se a rotina de uma vida considerada normal. Somente no final dos anos de 1950 e início da década de 1960 do século XX, a inclusão escolar para os alunos com Necessidades Escolares Especiais – NEE, e os que apresentavam dificuldades de aprendizagem passaram a ter na política educacional brasileira, as oportunidades necessárias para serem inclusos legalmente, de acordo com estudos feitos ao longo do tempo. Período em que educadores e pesquisadores se interessaram pelo atendimento educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

A situação das pessoas com deficiência no contexto da exclusão social que buscavam historicamente incluir-se na sociedade educacional, porém esses esforços muitas vezes são em vão pois, esses encontram-se à margem da educação, porém essa visão foi substituída por uma visão inclusiva a educação, que era parte fundamental neste processo, teve que sofrer uma radical transformação. Em todo o mundo, até aquele momento, as pessoas com deficiência haviam sido colocadas à margem da educação: o aluno com deficiência, particularmente, era atendido apenas em separado ou simplesmente excluído do processo educativo que tinha por premissa que os alunos deveriam obedecer a padrões de normalidade. (BRASIL, 2000)

Por muito tempo estiveram sem oportunidade de estar em contato com a outra parte da população, por puro preconceito social e muitas vezes por desentendimento de suas reais situações de limitações que não lhe impedem o convívio, isso perdurou ao longo do tempo como um caso inacabado ou sem solução. Diante das dificuldades os especiais necessitaram lutar pelos seus interesses chamando atenção para suas limitações como especiais.

Com isso foi possível dá início a grande mudança para inclusão social e educacional das pessoas com NEE. As escolas tiveram que modificar sua sistemática, os docentes necessitaram tomar consciência do trabalho com aqueles que estavam excluídos e marginalizados, oportunizando o acesso ao conhecimento formal pelo qual todos têm direito de receber.

## **Processo de Inclusão e Aprendizagem do Aluno Autista**

O movimento pela inclusão de alunos com Autismo, abrange várias ações como, cultural, pedagógica, social e política, buscando o direito de todos os alunos poderem aprender, participar e estar juntos, sem nenhum tipo de exclusão. A educação inclusiva de alunos com autismo faz parte de um paradigma educacional que se fundamenta na concepção dos direitos humanos, que luta pela igualdade, e que avança em relação ao ideal de justiça nas circunstâncias que revelam exclusão dentro ou fora da instituição escolar. (PNEEE, 2008)

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, no artigo 59, relata que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar (OLIVEIRA, 2006).

Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado (art. 24, inciso V) e oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (PNEEE, 2008)

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas principalmente com alunos com Autismo. A inclusão não é apenas colocar alunos com deficiência dentro das unidades escolares e achar que isso é o suficiente, o que muito se verifica, hoje, no processo de inclusão é a confusão que se faz entre os termos integração e inclusão. A noção de integração tem sido compreendida de diversas maneiras, quando aplicada à escola. Os diversos significados que lhe são atribuídos devem-se ao uso do termo para expressar fins diferentes, sejam eles pedagógicos, sociais, filosóficos e outros (FREITAS, 2008).

O emprego do vocábulo é encontrado até mesmo para designar alunos agrupados em escolas especiais para deficientes para alunos com Autismo, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer, residências para deficientes. Por tratar-se de um constructo histórico recente, que data dos anos 60, a integração sofreu a influência dos movimentos que caracterizaram e reconsideraram outras ideias, como

as de escola, sociedade, educação. O número crescente de estudos referentes à integração escolar e o emprego generalizado do termo têm levado a muita confusão a respeito das ideias que cada caso encerra (MANTOAN, 1993).

A noção de inclusão de alunos com autismo, não é incompatível com a de integração, porém instituí a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O conceito se refere à vida social e educativa e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocados na "corrente principal". O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades (FREITAS, 2008)

Resumindo, a integração escolar, cuja metáfora é o sistema de cascata, é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor. A meta da inclusão é, desde o início não deixar ninguém fora do sistema escolar, que terá de se adaptar às particularidades de todos os alunos para concretizar a sua metáfora (MANTOAN, 2003).

A inclusão tentando garantir uma educação de qualidade para os alunos com deficiência incluídos no ensino regular, trouxe através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Atendimento Educacional especializado (AEE), um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (MEC, 2010)

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola. (MEC, 2010)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com autismo na rede regular de ensino tem se constituído em um dos maiores alvos de resistência e de incompreensões por parte de gestores e educadores, pois acreditam que a inclusão deveria ser realizada somente no âmbito social. Na visão dessas pessoas, inclusão significa estar entre os demais alunos, pois, no âmbito pedagógico, as crianças com deficiência são incapazes de adquirir habilidades de leitura, escrita e produção.

É preciso, no entanto, que os profissionais da escola, mais diretamente os professores, compreendam que esses alunos com autismo possuem um ritmo próprio de aprendizagem, o qual precisa ser respeitado. Os estudos de Carvalho (2004) demonstram que, até bem pouco tempo, na década de 90, as crianças que não seguiam o ritmo da turma, ou seja, que apresentavam uma defasagem na aquisição da leitura, da escrita e de cálculos eram encaminhadas para escolas ou classes especiais, pois se alegava que elas não eram capazes de aprender; quando, de fato, estas não tinham nenhuma deficiência.

Neste contexto, as escolas, para serem inclusivas, necessitam modificar valores e crenças, bem como o currículo, as metodologias e as formas de avaliação, com o fim de melhor atender à diversidade escolar e garantir que todos os educandos tenham acesso às formas mais elaboradas de pensamento e linguagem. Em se tratando dos educandos com deficiência intelectual, os professores precisam criar oportunidades para que eles demonstrem suas capacidades, embora, em termos de aprendizagem, apresentem um nível mais baixo, considerando o aspecto formal do ensino.

Não obstante tal fato, são capazes de realizar muitas atividades a partir da interação com professores e alunos, chegando a executá-las em muitos casos, de forma perfeita. Com este estudo, confirmamos que a escola, está procurando se reestruturar com vistas a melhor atender às necessidades e expectativas dos educandos; os professores partícipes compreendem que a interação é fator estimulador, e essencial para o bom andamento do processo ensino aprendizagem.

## REFERENCIAS

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. 2000. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

CARVALHO, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

FREITAS, Soraia Napoleão et.al. *Tendências Contemporâneas de Inclusão*. Rio Grande do Sul 2008: UFSM.

MANTOAN M. T. E., *Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais*. Campinas. Scipione, 2003.

MAZZOTA. J. S. *Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas*. São Paulo: Cort São Paulo: Cortez, 2009

MEC, *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual*, Fascículo II, Brasília, 2010.

PNEEE. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual*, Fascículo II, Brasília, 2008.